

• Constituinte

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Perdão para micros pode causar perda de até CZ\$ 11 bilhões ao Nacional

por Corioiano Getto
do Rio

Se as três emendas que estão tramitando na Assembleia Nacional Constituinte, determinando o perdão das dívidas de micros, pequenos e médios empresários e proprietários rurais contraídas ao longo do Plano Cruzado forem aprovadas, o Banco Nacional estima que perderá entre CZ\$ 7,48 bilhões e CZ\$ 11,2 bilhões.

A estimativa foi feita pelo vice-presidente do Conselho de Administração da instituição, Germano de

Brito Lyra, que tomou por base de cálculo o indicador de que o banco abocanha uma fatia de 2 a 3% dentro do prejuízo global que seria arcado pelo setor privado, equivalente a CZ\$ 374 bilhões, enquanto os bancos oficiais absorveriam um "rombo" de CZ\$ 1,326 trilhão.

Brito Lyra previu, contudo, que as emendas do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), deputado Humberto Souto (PFL-MG) e deputado Ziza Valadares (PMDB-MG) deverão sofrer mudanças.

Críticas à indefinição

O presidente da Associação das Empresas Tomadoras de Recursos do BNDES, Sérgio Medeiros, criticou ontem a indefinição dos constituintes em relação à anistia às micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais. Dono de uma pequena empresa, a Kola Adesivos Hotmelt Ltda., que fatura em torno de CZ\$ 2 milhões por mês, Medeiros cita sua própria situação como exemplo das dificuldades dos empresários.

No dia 29 de fevereiro do ano passado, Medeiros con-

seguiu um empréstimo de CZ\$ 425 mil. Após 9 dias, com o fim do Cruzado, o empréstimo de Medeiros foi corrigido com base na inflação do período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987 e sua dívida saltou para CZ\$ 725 mil. "Não queremos deixar de pagar o que devemos", disse Medeiros. "Desejamos apenas um critério justo para o cálculo dos juros. No meu caso, eles deveriam ser aplicados sobre os nove dias de fevereiro e não da forma como foram calculados", acrescentou.

Agenda

SESSÃO DE ONTEM — Por falta de quórum — apenas 244 constituintes responderam à chamada — foi encerrada a sessão sem votação de nenhuma matéria.

SESSÃO DE HOJE — Tem início marcado para as 9 horas. Como normalmente acontece nas sextas-feiras, é improvável que haja quórum para votações que é de, no mínimo, 280 constituintes em plenário.

Bancos estatais contra perdão das dívidas

por Ascânio Seleme
de Brasília

Os bancos estatais começaram a se mobilizar para enfrentar a emenda que retira a correção monetária dos empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado. Ontem, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) recebeu a visita do presidente do Banco do Nordeste do Brasil, José Pereira da Silva. Pelo telefone, o senador ouviu o presidente do Banco do Estado de Pernambuco, José Nuto, seu correligionário político no estado. Os dois executivos mostraram as mesmas preocupações e fizeram propostas semelhantes.

José Nuto e José Pereira da Silva disseram ao senador que a única saída para as instituições que dirigem é atribuir o ônus da fusão aos agentes repassadores dos créditos concedidos aos pequenos tomadores. A proposta dos presidentes significa que todos os recursos do Tesouro Nacional, repassados pelo BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, acabam entrando na conta dessas instituições no esforço final da fusão que está sendo preparada, nunca nos saldos dos bancos que intermediavam os empréstimos. Eles acreditam que desta forma, as instituições sofrerão impacto significativamente menor com a aprovação da matéria pela Constituinte.

O senador Mansueto de Lavor mostrou-se simpático à idéia, mas prefere antes conversar sobre o tema com os co-autores da fusão, deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valada-

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

Depois de uma semana, as lideranças partidárias voltaram a se reunir ontem. Porém, logo no início das negociações, que têm como objetivo um texto de fusão das Disposições Transitórias do projeto constitucional, surgiu um impasse: a dificuldade de se compatibilizar a entrada em vigor da reforma tributária proposta no projeto com a legislação complementar que a ela dará sustentação.

O problema é que quando a reforma foi exposta no corpo permanente da futura Carta e os prazos de adaptação nas Disposições Transitórias, esperava-se que os trabalhos da Constituinte estivessem concluídos até março deste ano. Com a entrada em vigor do novo sistema previsto para janei-

Reforma tributária gera impasse

ro de 1989, haveria tempo — de março a dezembro — para que estados e municípios elaborassem a legislação complementar necessária à implantação da reforma, explicou a deputada Sandra Cavalcanti.

O atraso da Constituinte poderá inviabilizar a entrada em vigor do novo sistema no próximo exercício. Isso porque a data limite para a aprovação dos orçamentos (União, estados e municípios) é 30 de novembro. Se não souberem com exatidão que receita e despesas terão, devido à falta da legislação, será obrigatoriamente mantido o sistema atual.

Na prática essa manutenção beneficia a União, que, com a reforma, está obrigada a repassar mais recursos para os estados e municípios. Sem a nova Consti-

tuição os municípios não poderão, por exemplo, elaborar a lei que disciplinará a cobrança do imposto da compra e venda de imóveis, que passará dos estados para os municípios. Assim, o município ao fazer o orçamento não poderá contar com essa nova receita e o mesmo ocorrerá com os estados porque é inviável projetar uma receita para o exercício seguinte quando se sabe que nesse mesmo período ela passará a outra esfera de competência, no caso, os municípios.

Além da questão da adaptação do sistema tributário, trabalho que ficará a cargo dos constituintes tributaristas e economistas, como José Serra, Francisco Dornelles e César Maia, na reunião de ontem procurou-se identificar um acordo para que sejam retirados do texto das Disposições

Transitórias propostas casuísticas e os "trens da alegria", informou o deputado Luís Roberto Ponte. Ele classificou de casuístico a proposta de que os procuradores da Justiça trabalhista e militar possam continuar advogando e de "trem da alegria" a possibilidade de os procuradores das autarquias federais e consultorias jurídicas concursados ou não serem absorvidos automaticamente pelas recém-criadas advocacias da União.

Ontem, também o "Centrão" voltou a se reunir para analisar as Disposições Transitórias. A idéia é tirar uma posição do grupo sobre os pontos onde poderá haver acordo e onde a disputa será no voto. Esse trabalho já foi feito durante a semana pelos partidos de esquerda e pela liderança do PMDB.

res (sem partido-MG), Mansueto adiantou que a proposta pode ser viável desde que limitada aos bancos estatais e de desenvolvimento regional. "A situação dos bancos privados é bastante diferente, já que aplicam recursos repassados em quantidade significativamente menor e, no campo, investem apenas os 10% previstos em lei", esclarece o senador.

O senador Marcondes Gadelha (PFL-PR), líder do PFL no Senado, reuniu os autores da fusão em seu gabinete para formalizar uma proposta alternativa que, segundo ele, tem a aprovação dos bancos estatais. Pela proposta de Gadelha, os pequenos devedo-

res pagam em 180 dias o principal da dívida e seus juros. A correção monetária é congelada por um ano. Completado este período, os devedores pagam a correção congelada em doze parcelas mensais. Esta matéria viria na forma de decreto-lei.

O deputado Humberto Souto não aprovou a proposta de Gadelha. Ele insistiu com o líder do PFL em aprovar primeiramente a fusão e depois manter as negociações até o segundo turno da votação da Assembleia Constituinte. Souto argumentou ainda que decreto-lei é sempre passível de recurso judicial, transferindo, afinal, todo o ônus para o governo.

O deputado, entretanto, admite a hipótese do decreto-lei, desde que os objetivos da fusão sejam preservados. "Aceitamos tranquilamente um decreto-lei do governo, mesmo que depois o próprio governo responda judicialmente pelo ato. Nossa intenção é preservar os pequenos produtores e empresários", ressaltou Humberto Souto. O deputado mineiro frisou que, se for editado este decreto, os autores da fusão se reservam o direito de apreciar o seu conteúdo para comprovar a eficácia do documento. Souto disse preferir a decisão via Constituinte, "que é soberana e não pode ser interpelada judicialmente".

Os autores da fusão encontraram em Gadelha o melhor interlocutor do governo até o momento. Gadelha, entretanto, ressalva que por enquanto, fala na condição de líder partidário.

Outras negociações entre as partes já estão nas agendas. Hoje o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (PFL-BA) pretende investir formalmente junto a Souto, Lavor e Valadares, os três responsáveis por toda a polêmica. No meio de tantas lideranças, surge o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Em nome do "Centrão" Fiúza estranha que o governo ainda não tenha apresentado nada mais

concreto. "Já temos posição sobre todo o título das Disposições Transitórias, aguardamos apenas o posicionamento do governo sobre esta matéria para podermos trabalhar", lamenta o deputado.

O senador Mansueto de Lavor também mostra preocupação pela lentidão das negociações. Ele estranha, particularmente, a ausência dos bancos privados na linha de frente dos entendimentos. "Estou esperando os bancos privados para negociar. Meu gabinete está aberto, mas até agora nem mesmo a Febraban me procurou", diz o senador. Lavor permanecerá em Brasília até o dia da votação da fusão.